



**DECRETO Nº 34.094, de 05 de junho de 2021**

**MANTÉM AS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL CONTRA A COVID-19 NO ESTADO DO CEARÁ, COM A LIBERAÇÃO DE ATIVIDADES**

**RESUMO:**

- ✓ Medidas válidas de 07 a 13 de junho para os municípios das Regiões de Saúde de Fortaleza, Norte, Sertão Central e Litoral Leste/ Jaguaribe;
- ✓ Diminuição do horário do toque de recolher: 23h às 05h;
- ✓ Ampliação do horário de funcionamento dos restaurantes e dos shoppings: até às 22h;
- ✓ A partir de 14 de junho: autorização para reuniões de trabalho em ambientes privados abertos (50 pessoas) ou fechados (30 pessoas), sem celebração ou festividades durante a reunião;
- ✓ Os servidores públicos estaduais que já tenham sido imunizados com as 02 (duas) doses da vacina contra a Covid-19 estão autorizados a retornar à atividade presencial após decorridas 03 (três) semanas da última aplicação;
- ✓ Região de Saúde do Cariri: aplicação do decreto 34.061, de 08 de maio de 2021.

**QUADRO RESUMO – LIBERAÇÃO DAS ATIVIDADES**

**REGIÃO DE SAÚDE DE FORTALEZA, NORTE, SERTÃO CENTRAL E LITORAL LESTE/ JAGUARIBE**

**ATIVIDADES ESSENCIAIS**

(estabelecimentos sem restrições de dias e horários de funcionamento)

<b>serviços públicos essenciais</b>	<b>farmácias</b>	<b>postos de combustíveis</b>	<b>indústria</b>
<b>hospitais</b> e demais <b>unidades de saúde</b> e clínicas <b>odontológicas</b> e <b>veterinárias</b> para atendimento de emergência	<b>supermercados, padarias e congêneres</b> , permitido o atendimento presencial de clientes para o café da manhã a partir das 6h	<b>oficinas em geral e borracharias situadas na Linha Verde de Logística e Distribuição do Estado</b> , conforme definido no <a href="#">Decreto n.º 33.532</a> , de 30 de março de 2020 (rodovias federais e estaduais);	
<b>laboratórios</b> de análises clínicas	<b>segurança privada</b>	<b>imprensa</b> , meios de comunicação e telecomunicação em geral	<b>funerárias</b>

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS OUTROS ESTABELECIMENTOS**

<b>segunda a domingo (10h às 19h)</b>	<b>segunda a domingo (12h às 22h)</b>
<b>comércio de rua, serviços e escritórios em geral</b> (situados fora de shoppings), 50% da capacidade de atendimento simultâneo de clientes	<b>shoppings</b> , inclusive os restaurantes neles situados, 50% da capacidade de atendimento simultâneo de clientes <b>OBS: os shoppings podem optar por funcionar no mesmo horário do comércio de rua (art. 6º, II)</b>
<b>segunda a domingo (10h às 22h)</b> <b>Restaurantes</b> (situados fora de shoppings)	<b>segunda a domingo (6h às 21h)</b> <b>academias</b> (horário marcado – 25% da capacidade)



**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA SAÚDE**

50% da capacidade de atendimento simultâneo de clientes	
<b>segunda a domingo (06h às 19h)</b> Autoescolas (aulas práticas com agendamento prévio)	<b>segunda a domingo – a partir das 07h</b> Construção civil

**OBS1:** para serviços de entrega, não há limitação dos horários;

**OBS2:** Diante de realidades locais ou particularidades do serviço ou atividade, os municípios poderão estabelecer o horário alternativo de 7h às 16h, de segunda domingo, em substituição aos horários previstos no decreto estadual;

**OBS3:** O “toque de recolher” será observado nos municípios, de segunda a domingo, no horário de 23h às 5h.

**ATIVIDADES EDUCACIONAIS (aulas presenciais)**

<b>Educação Infantil e Ensino Fundamental</b>  <b>50% da capacidade</b> (OBS: cantinas das escolas podem funcionar)	<b>atividades extracurriculares,</b> tais como cursos livres, de música ou de línguas <b>50% da capacidade</b>	aulas práticas em cursos de nível superior (todas as áreas) e <b>dos cursos técnicos (decreto nº 34.083)</b>	escolinhas de esporte, inclusive em “areninhas” <b>50% da capacidade</b>	cursos em andamento junto à Academia Estadual de Segurança Pública
--	---	--	---	--

**OUTRAS ATIVIDADES LIBERADAS**

<b>Instituições religiosas</b> 35% da capacidade (até 21h)	<b>Frota de buggy –</b> até 50% da capacidade	Realização de <b>concursos e seleções públicas</b>	Treinos e jogos dos <b>campeonatos de futebol e de futsal</b>	<b>atividade física e esportiva individual</b> em espaços públicos abertos, inclusive com assessoria esportiva
<b>parques aquáticos</b> associados a empreendimentos hoteleiros 30% da capacidade	<b>apresentações musicais</b> nas áreas comuns de condomínios	funcionamento de espaços em <b>clubes</b> para a prática exclusivamente de esporte ou atividades físicas individuais	<b>Equipamentos públicos culturais para transmissão virtual</b>	<b>Polo de Artesanato da Beira-Mar em Fortaleza</b>

**A partir de 14 de junho:**

**Reuniões de trabalho em ambientes privados abertos ou fechados**

(sem celebração ou festividade durante a reunião):

50 (cinquenta) pessoas - ambientes abertos

30 (trinta) pessoas - ambientes fechados

- controle de acesso dos participantes: ingresso de pessoas já vacinadas com 02 (duas) doses ou com comprovação de testagem negativa para a Covid-19 (exame de antígeno ou RT-PCR) em exame realizado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião;

- observação do distanciamento mínimo e o uso obrigatório de máscaras de proteção.



## CAPÍTULO I – DO ISOLAMENTO SOCIAL

### Seção I – Das medidas de isolamento social

**Art. 1º** Do dia 07 a 13 de junho de 2021, permanecerá em vigor, no Estado do Ceará, a política de **isolamento social, com a liberação de atividades**, como forma de enfrentamento da COVID-19, observadas as disposições deste Decreto.

**§ 1º** As regras de isolamento social previstas neste Decreto aplicam-se exclusivamente aos municípios das **Regiões de Saúde de Fortaleza, Norte, do Sertão Central e do Litoral Leste/Jaguaribe**, permanecendo os municípios da Região de Saúde do Cariri, quanto ao isolamento social, regidos segundo os termos do [Decreto n.º 34.061](#), de 08 de maio de 2021. (ver [tabela do decreto](#))

**§ 2º** No período de isolamento social, continuará sendo observado o seguinte:

**I – proibição de festas e quaisquer tipos de eventos**, conforme previsão no art. 3º, § 1º, inciso II, do [Decreto nº 33.965](#), de 04 de março de 2021;

**II** - manutenção do dever especial de confinamento e do dever especial de proteção a pessoas do grupo de risco da Covid-19, na forma dos arts. 6º e 7º, do [Decreto nº 33.965](#), de 04 de março de 2021;

**III – recomendação para que as pessoas permanecem em suas residências, saindo somente em casos de real necessidade;**

**IV** - vedação à entrada e permanência em hospitais, públicos ou particulares, de pessoas estranhas à operação da respectiva unidade, à exceção de pacientes, seus acompanhantes e profissionais que trabalhem no local;

**V – proibição de feiras de qualquer natureza e da aglomeração e circulação de pessoas em espaços públicos ou privados**, tais como praias, praças, calçadões, **ressalvado** o uso para a prática esportiva individual, deslocamentos imprescindíveis ou acesso atividades essenciais, observado o disposto neste Decreto e no art. 13, do [Decreto nº 33.965](#), de 04 de março de 2021;

**VI** - autorização para a realização por meio virtual, inclusive para registro de votos, das assembleias ordinárias e extraordinárias de condomínios residenciais ou não residenciais, verticais ou horizontais, observado o disposto nos §§ 7º e 8º, do [Decreto nº 33.815](#), de 14 de novembro de 2020;

**VII** - dever geral de proteção individual consistente no **uso de máscara de proteção**, observado o disposto no art. 12, do [Decreto nº 33.965](#), de 04 de março de 2021;

**VIII - possibilidade de retorno ao trabalho para atividades liberadas das pessoas acima de 60 (sessenta) anos ou com fatores de risco da Covid-19 que tenham comprovação de imunidade ou de adoecimento há mais de 30 (trinta) dias ou que já tenham tomado as 02 (duas) doses da vacina contra a doença, decorridas, neste último caso, 03 (três) semanas da última aplicação;**

**IX** - incidência do dever especial de proteção às pessoas com idade igual ou inferior a 60 (sessenta) anos somente àqueles enquadrados na situação do art. 2º, § 3º, do [Decreto nº 33.955](#), de 26 de fevereiro de 2021;

**X** - estabelecimento do **regime de trabalho remoto** para todo o serviço público municipal, estadual e federal, nas condições e termos do art. 4º, inciso IV, do [Decreto nº 33.955](#), de 26 de fevereiro de 2021, permitido ao gestor de cada órgão ou entidade, pela necessidade e essencialidade do serviço presencial, estabelecê-lo como regime de trabalho para atividades ou setores específicos da respectiva unidade administrativa;

**XI** - recomendação ao setor privado com atividades liberadas para que priorize o trabalho remoto, conforme previsão do art. 4º, inciso V, do [Decreto nº 33.955](#), de 26 de fevereiro de 2021;

**XII** - proibição de qualquer uso, individual ou coletivo, agendado ou não, dos espaços comuns e equipamentos de lazer em **condomínios de praia, de uso misto (moradia e lazer) e/ou preponderantemente de temporada ou veraneio**, inclusive aqueles condomínios certificados e/ou qualificados como “resorts”, nos termos do art. 13, § 3º, do [Decreto n.º 33.965](#), de 04 de março de 2021. (VER PARÁGRAFO 4º)

**§ 3º** Na fiscalização das medidas de controle estabelecidas neste artigo, as autoridades competentes adotarão, nos termos deste Decreto, as providências necessárias para fazer cessar eventual infração, devendo,



prioritariamente, primar por condutas que busquem a conscientização quanto à importância das medidas de isolamento e distanciamento social, bem como da permanência domiciliar.

**§ 4º** A vedação do inciso XIII, do “caput”, deste artigo, relativa a **condomínios de praia**, não abrange o uso agendado de academia e a prática de atividades físicas e esportivas individuais nos espaços comuns, proibidos o uso de quadras e campos para esportes coletivos, o de piscinas, bem como o serviço de restaurantes nas áreas de piscinas.

**§ 5º** Fica reforçada a recomendação para que as pessoas evitem reuniões, eventos ou encontros em ambientes domiciliares, exceto quando envolverem habitantes de uma mesma residência.

**§ 6º** Fica permitido o uso de equipamentos públicos culturais, durante o isolamento social, desde que exclusivamente para a transmissão virtual de atividades culturais, sem a presença de público, e observadas todas as medidas de segurança sanitárias.

#### **TOQUE DE RECOLHER**

**Art. 2º** Art. 2º O “toque de recolher” será observado, nos municípios das Regiões de Saúde de Fortaleza, Norte, do Sertão Central e do Litoral Leste/Jaguaribe, de segunda a domingo, no horário de 23h às 5h.

**§ 1º** No período previsto no “caput”, deste artigo, fica estabelecido(a):

I – proibição da circulação de pessoas nas ruas e espaços públicos, permitidos deslocamentos somente nos casos de serviços de entrega, para atividades liberadas nos termos do inciso II, deste artigo, ou em função do exercício da advocacia ou de funções essenciais à Justiça na defesa da liberdade individual;

II – vedação ao funcionamento de quaisquer atividades econômicas e comportamentais, salvo as previstas no § 1º, do art. 6º, deste Decreto.

**§ 2º** O “toque de recolher”, nos municípios da Região de Saúde do Cariri, observará o disposto no Decreto n.º 34.061, de 08 de maio de 2021. (20h às 5h, de segunda a sexta-feira, e das 19h às 5h, no sábado e domingo)

#### **USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS**

**Art. 3º** Continua permitido o uso de espaços públicos abertos exclusivamente para a prática de atividade física e esportiva individual, **inclusive com o apoio de assessoria esportiva**, permanecendo vedada a prática esportiva coletiva, assim enquadrada aquela envolvendo a reunião de mais de 03 (três) pessoas, ressalvado o disposto no art. 5º, inciso II, deste Decreto. (Escolinhas de esporte)

**§ 1º** À exceção da situação do “caput”, deste artigo, os espaços públicos, como praças, calçadões, areninhas, praias e outros, permanecerão com o uso proibido durante a vigência deste Decreto.

**§ 2º** É permitido o acesso às praias, desde que preservado o distanciamento social e evitadas aglomerações.

## **CAPÍTULO II – DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E COMPORTAMENTAIS**

### **Seção I – Das regras gerais**

**Art. 4º** A liberação de atividades econômicas e comportamentais no Estado ocorrerá sempre de forma técnica e responsável, observados os critérios de avaliação das autoridades da saúde.

**§ 1º** O desempenho de quaisquer atividades liberadas deverá guardar absoluta conformidade com as medidas sanitárias previstas nos correspondentes protocolos gerais e setoriais, devidamente homologados e divulgados no “site” oficial da Secretaria da Saúde do Estado.

**§ 2º** As atividades e serviços que estavam liberadas nos termos do [Decreto n.º 34.031](#), de 10 de abril de 2021, assim permanecerão na vigência e nos termos deste Decreto.

**§ 3º** As atividades autorizadas serão fiscalizadas rigorosamente pelos órgãos públicos competentes quanto ao atendimento das medidas sanitárias estabelecidas para funcionamento do setor, ficando a liberação de novas atividades condicionada à avaliação favorável dos dados epidemiológicos e assistenciais relativos à Covid-19.



§ 4º Verificada tendência de crescimento dos indicadores da pandemia após a publicação deste Decreto, as autoridades da saúde avaliarão o cenário, admitido, a qualquer tempo, se necessário, o restabelecimento das medidas restritivas originariamente previstas.

## **Seção II – Das atividades nos municípios das Regiões de Saúde de Fortaleza, Norte, do Sertão Central e do Litoral Leste/Jaguaribe**

### **Subseção I – Das regras aplicáveis às atividades de ensino**

**Art. 5º** Nos municípios das Regiões de Saúde de Fortaleza e Norte, do Sertão Central e do Litoral Leste/Jaguaribe continuam liberadas as atividades presenciais de ensino nos termos e condições previstas no [Decreto n.º 34.067](#), de 15 de maio de 2021, c/c o [Decreto n.º 34.086](#), de 22 de maio de 2021.

#### **RETORNO A CRITÉRIO DOS PAIS E RESPONSÁVEIS**

§ 1º O retorno à atividade presencial de ensino se dará sempre a critério dos pais e responsáveis, devendo os estabelecimentos oferecerem aos alunos a opção pelo ensino presencial ou remoto, garantida sempre, para aqueles que optarem pelo ensino remoto, a permanência integral nessa modalidade.

§ 2º As atividades a que se refere este artigo deverão ser desenvolvidas preferencialmente em ambientes abertos, favoráveis à reciclagem do ar, além do que deverão respeitar o distanciamento, os limites de ocupação e as demais medidas sanitárias previstas em protocolo geral e setorial.

### **Subseção II – Das atividades religiosas e dos setores do comércio e serviços**

**Art. 6º** Nos municípios abrangidos por esta Seção, **as atividades econômicas e religiosas, de segunda a domingo**, funcionarão em observância ao seguinte:

I - **o comércio de rua e serviços**, envolvendo estabelecimentos situados fora de shoppings, inclusive escritórios em geral, funcionarão de **10h às 19h**, exceto **restaurantes, que poderão funcionar até 22h**, observada a **limitação de 50% (cinquenta por cento)** da capacidade de atendimento simultâneo de clientes, com a ressalva para o disposto nos §§ 2º e 5º, deste artigo;

II - facultada a opção pelo horário previsto no inciso I, deste artigo, **os shoppings, inclusive os restaurantes neles situados, funcionarão de 12h às 22h**, limitada a **50% (cinquenta por cento)** a capacidade de atendimento simultâneo de clientes, com a ressalva do disposto nos §§ 2º e 5º, deste artigo;

III - instituições religiosas poderão promover celebrações presenciais até as 21h;

IV - a cadeia da construção civil iniciará as atividades a partir das 7h.

§ 1º Não se sujeitam a restrição de horário de funcionamento exclusivamente:

- a) serviços públicos essenciais;
- b) farmácias;
- c) supermercados, padarias e congêneres, permitido o atendimento presencial de clientes para o café da manhã a partir das 6h;
- d) indústria;
- e) postos de combustíveis;
- f) hospitais e demais unidades de saúde e clínicas odontológicas e veterinárias para atendimento de emergência;
- g) laboratórios de análises clínicas;
- h) segurança privada;
- i) imprensa, meios de comunicação e telecomunicação em geral;
- j) oficinas em geral e borracharias situadas na Linha Verde de Logística e Distribuição do Estado, conforme definido no [Decreto n.º 33.532](#), de 30 de março de 2020 (rodovias federais e estaduais);
- l) funerárias.

#### **INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS**



**§ 2º** As instituições religiosas poderão realizar celebrações presenciais, desde que respeitados o **limite de 35% (vinte e cinco por cento) da capacidade** e as regras estabelecidas em protocolos sanitários, mantida, em todo caso, a recomendação para que as celebrações permaneçam sendo realizadas exclusivamente da forma virtual.

#### **ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA**

**§ 3º** O funcionamento dos escritórios de advocacia observará o disposto neste artigo.

#### **PARQUES AQUÁTICOS, CINEMAS, MUSEUS, TEATROS**

**§ 4º** Permanece vedado o funcionamento de parques aquáticos, cinemas, museus e teatros, públicos ou privados.

#### **ACADEMIAS**

**§ 5º** Poderão as academias funcionar exclusivamente para a prática de atividades individuais, de **segunda a domingo, de 6h às 21h**, desde que:

I – o funcionamento se dê por horário marcado;

II – respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de atendimento presencial simultâneo de clientes;

III - observados todos os protocolos de biossegurança.

#### **BARRACAS DE PRAIA**

**§ 6º** Barracas de praia poderão funcionar, observado o seguinte:

I - funcionamento exclusivamente para a atividade de restaurante;

II - obediência às regras de protocolo sanitário previstas para o setor para alimentação fora do lar, inclusive àquelas do inciso I, do art. 12, deste Decreto;

III - limitação **em 50%** (cinquenta por cento) da capacidade de atendimento simultâneo de clientes;

IV - **proibição do uso de piscinas e parques aquáticos.**

#### **“BUFFETS”**

**§ 7º** Os estabelecimentos que operam como “buffet” e assemelhados poderão funcionar desde que somente para a **atividade de restaurante**, e observado o seguinte:

I - limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de atendimento simultâneo de clientes;

II - obediência às sanitárias estabelecidas para o setor para alimentação fora do lar, inclusive aquelas previstas no inciso I, do art. 12, deste Decreto;

III - proibição da realização de quaisquer eventos, abertos ou com público fechado, bem como de celebrações como casamentos, aniversários e similares.

#### **AUTOESCOLAS**

**§ 8º** As autoescolas poderão ministrar aulas práticas de direção veicular no horário de 6h às 19h, de segunda a domingo, desde que mediante prévio agendamento e atendimento dos protocolos sanitários, observado, quanto ao funcionamento dos estabelecimentos para atendimento, o horário estabelecido no “caput”, deste artigo.

#### **SERVIÇOS DE ENTREGA**

**§ 9º** Em qualquer horário e período de restrição ao funcionamento, poderão os estabelecimentos funcionar desde que exclusivamente por serviço de entrega, inclusive por aplicativo.

#### **RESTAURANTES DE HOTÉIS**





**§ 10.** Os restaurantes de hotéis, pousadas e congêneres, durante o isolamento social, poderão funcionar normalmente para hóspedes, sendo admitido o atendimento de público externo, não hóspede, de segunda a domingo, das 10h às 21h.

#### **ADEQUAÇÃO DE HORÁRIOS NOS MUNICÍPIOS**

§11. Diante de realidades locais ou particularidades do serviço ou atividade, os municípios poderão estabelecer o horário alternativo de 7h às 16h, de segunda a domingo, em substituição ao horário previsto neste artigo.

#### **TURISMO – FROTA DE BUGGY – 50%**

**§ 12.** Permanece autorizada a operação para o turismo de até 50% (cinquenta por cento) da frota de buggy, desde que limitada a até 3 (três) passageiros sentados da mesma família no banco de trás do carro, cumpridas todas as medidas de proteção estabelecidas em protocolos geral e setoriais e evitada qualquer aglomeração.

#### **ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS**

§13. Recomenda-se aos estabelecimentos bancários a extensão do horário de funcionamento na conformidade do disposto neste artigo.

#### **OBEDIÊNCIA ÀS MEDIDAS SANITÁRIAS**

**§ 14.** As atividades liberadas, nos termos deste Decreto, deverão se adequar às medidas sanitárias estabelecidas em protocolo geral e setorial, ficando permanentemente submetidas ao monitoramento da Secretária da Saúde do Estado, mediante acompanhamento dos dados epidemiológicos e assistenciais da pandemia no Estado do Ceará.

#### **NOVAS ATIVIDADES LIBERADAS**

**Art. 7º** Sem prejuízo do já disposto neste Decreto, estão liberado(a)s, nos municípios de que trata esta Seção:

**I – a realização, a partir de 14 de junho de 2021, de reuniões de trabalho em ambientes privados abertos ou fechados, desde que:**

- a) seja limitado o número de participantes em 50 (cinquenta) pessoas para reuniões a serem realizadas em ambientes abertos e em 30 (trinta) pessoas para reuniões em ambientes fechados, observado, em todo caso, o número máximo de pessoas por metragem do espaço estabelecido em protocolo sanitário;
- b) não se realize qualquer tipo de celebração ou festividade durante a reunião;
- c) seja exercido rigoroso controle de acesso dos participantes, só admitindo o ingresso de pessoas já vacinadas com 02 (duas) doses ou com comprovação de testagem negativa para a Covid-19 (exame de antígeno ou RT-PCR) em exame realizado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião;
- d) seja observado o distanciamento mínimo e o uso obrigatório de máscaras de proteção.

II – a atividade no Polo de Artesanato da Beira-Mar, no município de Fortaleza, observadas as medidas sanitárias, as condições de funcionamento e limites de capacidade definidos em protocolo da Prefeitura de Fortaleza;

III – o funcionamento de **parques aquáticos associados a empreendimentos hoteleiros**, desde que para uso exclusivamente de hóspedes de seus respectivos hotéis, **limitada a 30% (trinta por cento)** da capacidade de atendimento e não permitido o uso para assinantes de planos de acesso não hospedados;

III - as **apresentações musicais nas áreas comuns de condomínios** realizadas por, no máximo, 2 (dois) profissionais, desde que seja essa uma iniciativa do próprio condomínio, não haja aglomerações ou contato entre moradores e sejam observadas todas as regras e protocolos de segurança;

IV - o **funcionamento de espaços em clubes para a prática exclusivamente de esporte ou atividades físicas individuais**, observado o distanciamento mínimo de 2m entre os praticantes e a lotação máxima de 12m<sup>2</sup> por pessoa.

#### **CONCURSOS PÚBLICOS**



**Art.8º** Durante o isolamento social, poderão ser realizados concursos e seleção pública destinadas ao preenchimento de cargos ou funções no serviço público, cabendo aos responsáveis pela organização a obediência a todas as medidas e cautelas sanitárias estabelecidas contra a disseminação da Covid-19, buscando garantir a saúde de candidatos e demais pessoas envolvidas no procedimento.

#### **JOGOS DE FUTEBOL E FUTSAL**

**Art. 9º** Estão autorizados os **jogos e treinos, sem público, do Campeonato Cearense de Futebol, Série B**, respeitadas todas as medidas sanitárias estabelecidas em protocolo sanitário.

**Parágrafo único.** Nas mesmas condições do “caput”, deste artigo, estão permitidos:

I – treinos e jogos de campeonatos de futebol internacional, nacional e regional;

II – treinos e jogos das **equipes de futsal** no calendário nacional da Confederação Brasileira de Futsal

#### **Seção III – Das atividades nos municípios da Região de Saúde do Cariri**

**Art. 11.** Nos municípios da Região de Saúde do Cariri, as atividades econômicas, inclusive de ensino, reger-se-ão segundo o [Decreto n.º 34.061](#), de 08 de maio de 2021.

**Parágrafo único.** Em face de seus dados epidemiológicos mais elevados, recomenda-se aos municípios a que se refere o “caput”, deste artigo, a adoção de medidas de isolamento sociais mais restritivas, buscando conter a proliferação da Covid-19, reduzindo a pressão sobre o sistema de saúde.

#### **Seção IV – Das medidas gerais sanitárias**

**Art. 12** As atividades econômicas autorizadas observarão as seguintes medidas de controle à disseminação da Covid -19, sem prejuízo de outras definidas em protocolos sanitários:

##### **I – restaurantes e hotéis:**

a) proibição da realização de qualquer evento, inclusive celebração de casamento, em restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos similares, seja aberto ou fechado o ambiente;

b) disponibilização de música ambiente, inclusive com músicos, vedado espaço para dança e qualquer outra atividade que caracterize festas em restaurantes e afins.

c) limitação a 6 (seis) pessoas por mesa nos restaurantes e afins, além do que: limitação do atendimento a consumo no local ou viagem, sem permitir pessoas em pé, inclusive na calçada; proibição de fila de espera na calçada; e utilização de filas de espera eletrônicas.

d) estímulo para que os estabelecimentos, inclusive restaurantes, busquem se certificar com o Selo Lazer Seguro, emitido pela SESA.

##### **II – hotéis, pousadas e afins:**

a) limitação, para o setor de hotelaria e pousadas, do uso dos apartamentos e quartos ao máximo de 03 (três) adultos ou 02 (dois) adultos com 03 (três) crianças.

b) obtenção antecipadamente pelos hotéis, para que possam funcionar do Selo Lazer Seguro a ser emitido pela SESA mediante comprovação do cumprimento do limite total de 80% (oitenta por cento) de sua capacidade, concomitantemente ao atendimento do disposto na alínea “a”, deste inciso;

c) obediência às regras previstas no inciso I, deste artigo, pelos restaurantes em hotéis, pousadas e afins;

d) aplicação aos “flats” das mesmas regras a serem observadas pelos hotéis, conforme previsão das alíneas “a” a “c”, deste inciso.

**III – shoppings centers e comércio de rua:** realização do controle eletrônico nas entradas principais dos shoppings informando, através de painéis, a quantidade máxima permitida e a quantidade de pessoas naquele momento no local.

#### **CAPÍTULO III – DA REGIONALIZAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL**

**Art. 13.** As disposições deste Decreto não obsta o estabelecimento pelos gestores municipais, por ato próprio, de **barreiras sanitárias** e de outras medidas de maior rigor para enfrentamento da Covid-19, buscando atender





a particularidades locais, segundo critérios epidemiológicos e fatores relacionados à disponibilidade de leitos para atendimento da população afetada pelo vírus.

**§ 1º** Fica recomendado aos municípios integrantes de uma mesma área descentralizada de saúde que adotem, de forma conjunta e coordenada, medidas de isolamento social, levando em consideração os dados assistenciais e epidemiológicos da respectiva área.

**§2º No combate à Covid-19, os municípios cearenses não poderão:**

I - adotar medidas de isolamento social menos restritivas do que as estabelecidas neste Decreto;

II- proceder à liberação de outras atividades econômicas e comportamentais diferentes daquelas autorizadas nas respectivas localidades, nos termos deste Decreto.

**§3º** O Estado, por seus órgãos competentes, prestará aos municípios o apoio necessário para a implementação das medidas de isolamento social.

#### **CAPÍTULO IV – DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO SANITÁRIA**

**Art. 14.** Sem prejuízo de outras medidas já previstas em legislação própria, o descumprimento das regras neste Decreto sujeitará o responsável às sanções civil, administrativa e criminal cabíveis.

**Parágrafo único.** Além das medidas de proteção já estabelecidas, inclusive a multa prevista no § 4º, do art. 12, do [Decreto n.º 33.955](#), de 26 de fevereiro de 2021, outras providências poderão ser adotadas pelas autoridades competentes para resguardar o cumprimento deste Decreto, no intuito de prevenir ou fazer cessar infrações, sendo aplicáveis, caso necessárias, as sanções de apreensão, interdição e/ou suspensão de atividade.

#### **CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** A SESA, de forma concorrente com os demais órgãos estaduais e municipais competentes, se encarregará da fiscalização do cumprimento do disposto neste Decreto, competindo-lhe também o monitoramento dos dados epidemiológicos, para fins de avaliação e permanente acompanhamento das medidas estabelecidas para abertura responsável das atividades econômicas e comportamentais.

**Art. 16.** Os protocolos sanitários com as medidas a serem observadas pelas atividades liberadas para evitar a proliferação da COVID-19, observadas as disposições deste Decreto, constarão do site oficial da SESA.

**Art. 17.** Os servidores públicos estaduais que já tenham sido imunizados com as 02 (duas) doses da vacina contra a Covid-19 estão autorizados a retornar à atividade presencial após decorridas 03 (três) semanas da última aplicação.

**Art. 18.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Links:**

- Decretos do Estado sobre o novo coronavírus:  
<https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-o-coronavirus/>
- Protocolos geral e setoriais das atividades autorizadas:  
<https://www.ceara.gov.br/pesquisa-cnae/>  
<https://www.saude.ce.gov.br/download/covid-19/>
- Tabelas explicativas do Caosaúde e outros materiais de apoio sobre a pandemia:  
<http://www.mpce.mp.br/coronavirus/materiais-de-apoio-caos/>